



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

SUMÁRIO:

1 – OBJETO.....	01
2 – DO REGISTRO DE PREÇOS.....	02
3 - DOS ANEXOS AO EDITAL.....	03
4 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	04
5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES – BNC.....	05
6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS.....	06
7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	07
8 – DA ABERTURA DA SESSÃO DA SESSÃO PÚBLICA E LANCES.....	08
9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	09
10 - DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO PRA ME/EPPS.....	10
11 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.....	11
12 – DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
13 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	13
14 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.....	14
15 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	15
16 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	16
17 – DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	17
18 – DAS DILIGÊNCIAS.....	18
19 – DOS ECLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	19
20 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	20
21 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	21
22 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	22
23 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	23
24 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	24
25 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.....	25
26 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	26
27 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	27
28 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	28



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 028/2024 - PMC
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 016/2024 – PMC
PROCEDIMENTO AUXILIAR POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
003/2024 - PMC

PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE CAETÉS/PE**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉS-PE**, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Exmº Senhor Prefeito do Município por meio da Portaria nº 003/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao Ofício nº 201/2024, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento “**MENOR PREÇO**”, do tipo “**POR ITEM**”, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – Internet, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 008/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda, conforme as exigências estabelecidas neste Edital, a realizar-se no local e horário a seguir:

LOCAL: PORTAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC: <https://bnc.org.br/>

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 9h DO DIA 29/10/2024 ATÉ ÀS 9h DO DIA 11/11/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 9h DO DIA 11/11/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 10h DO DIA 11/11/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA

1.0 DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto Registro de Preços para aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do município de Caetés-PE, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo II).

1.2. O objeto desta licitação será em 30 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se a licitante a participação em quantos itens/lotos forem de seu interesse.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

1.3. O valor global, máximo admitido para o fornecimento, objeto deste Edital, será a importância de **R\$ 3.598.020,17 (três milhões, quinhentos e noventa e oito mil vinte reais e dezessete centavos)**, cujos valores foram obtidos tomando-se como referência Banco de Preços – Negócios Públicos, Pregão Eletrônico nº 90010/2024 – FNDE/FDE, Painel de Compras do Gov. Federal, Domínio Amplo e Nota Fiscal, conforme diretrizes estabelecidas para composição de cesta de preços.

1.4. A especificação detalhada do objeto está discriminada no Anexo II (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverá ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração da proposta.

2.0 DO ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Municipal de Educação.

2.2. Não será permitida adesão de outros órgãos ou entidades que não seja o próprio órgão gerenciador.

3.0 ANEXOS DO EDITAL

3.1. Fazem parte deste instrumento convocatório os Anexos de **I a IV**, conforme descrito abaixo:

I – Termo de Referência - (Anexo I);

II – Ata de Registro de Preços - (Anexo II);

III - Declaração Unificada - (Anexo III);

IV - Minuta do Contrato – (Anexo IV).

4.0 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. **Os itens serão destinados a AMPLA CONCORRÊNCIA.**

4.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que estiverem cadastradas junto à **Bolsa Nacional de Compras.**

4.4. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa Nacional de Compras**, até no mínimo **01 (uma) hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

4.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando a operador devidamente credenciado junto à **Bolsa**, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”.

4.6. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica <https://bnc.org.br/>

4.7. A participação na licitação implica automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e Leis aplicáveis e pressupõe o pleno conhecimento de todos.

4.8. Não poderão disputar esta licitação:

4.8.1. Empresas:

4.8.1.1. que não atendam às condições deste edital e anexos;

4.8.1.2. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Caetés, durante o prazo da sanção aplicada;

4.8.1.3. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

4.8.1.4. àquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8.1.5. pessoa física ou jurídica que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.1.6. enquadradas nas disposições do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

4.8.1.7. proponentes que fazem parte do mesmo grupo econômico ou financeiro, somente podem apresentar uma única proposta, sob pena de rejeição de todas as propostas apresentadas. Considera-se integrante do mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas ou representantes legais comuns, e aquelas que dependem ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.8.1.8. que não tenham providenciado o credenciamento prévio junto à **Bolsa Nacional de Compras**.

4.9. O impedimento de que trata o item 4.8.1.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Caetés, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados ou controladores sejam servidores da mesma.

5.0 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa Nacional de Compras**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bnc.org.br/>

5.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BNC – Bolsa Nacional de Compras**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BNC – Bolsa Nacional de Compras**.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BNC – Bolsa Nacional de Compras** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.10. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no **Anexo III** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

5.12. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da **Bolsa Nacional de Compras** <https://bnc.org.br/> ou pelo telefone: **WhatsApp: (42) 3026 4550 - Ponta Grossa - PR** ou pelo e-mail **contato@bnc.org.br**.

6.0 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de forma concomitantemente, propostas, lances e declaração de atendimento dos requisitos de habilitação**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sob pena de desclassificação.

6.2. O envio da proposta inicial ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4. A falsidade da declaração de que trata item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital.

6.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para a apresentação de propostas, após a fase de envio dos lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

6.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

6.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.8, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.0 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.1.5. Descrição detalhada do Produto, contendo todas as informações necessárias à sua especificação, conforme constate no Termo de Referência – (Anexo I deste Edital);

7.2. PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL DEVERÁ SER CONSIDERADO O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM, INDICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

7.4.1. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.4.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.0 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PROCEDIMENTO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada quaisquer informações que identifique o licitante no período de acolhimento até abertura de proposta, salvo a proposta que será anexada junto com os documentos de habilitação após a sessão de lances.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**, podendo ser alterado durante a sessão de disputa de lances para maior agilidade no procedimento.

8.10. Será adotado para o envio de lances neste pregão na forma eletrônica o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. O Critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro solicitará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.20. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado. Acompanhada, quando for o caso, dos documentos complementares, enquanto solicitado pelo Pregoeiro, e uma vez, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada, feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentado pelo [Decreto Municipal nº 008, de 12 de janeiro de 2024](#).



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

8.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O JULGAMENTO OBEDECERÁ AO CRITÉRIO DE MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. NA PROPOSTA ELABORADA deverá estar incluso nos preços ofertados todos os tributos, mão de obra, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a compra do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **6.3 e 10.0** deste edital.

9.3.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal N° 008, de 12 de janeiro de 2024.

9.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.

9.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

9.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

9.6. O sistema anunciará o licitante detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances, ou quando for o caso, após a negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

9.8. Acatada a proposta, constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e não havendo manifesto de intensão de interposição de recurso, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. O Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido o menor preço.

9.10. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.0 DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Serão preservados todos os benefícios e garantias concedidos pela **lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Alterada pela Lei 147 de 2014)**, que tratou de Instituir e regulamentar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como do **DECRETO MUNICIPAL Nº 017, DE 12 DE MARÇO DE 2024**.

10.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10.2.1. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o *caput*, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, por igual período, para a regularização da documentação com a emissão de eventual certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

10.2.2. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado final de habilitação.

10.2.3. A prorrogação do prazo previsto no subitem 10.4.1 poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.2.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.4.1 e 10.4.3.

10.2.5. A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.4.1 e 10.4.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.3. O benefício do regime diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014, fica condicionado a apresentação de declaração pela empresa atestando que no ano calendário da licitação não celebrou contratos cujos os valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte nos moldes disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.4. A não apresentação da declaração exigida no subitem 10.3 impossibilitará a licitante de se beneficiar com o regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014.

10.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com os demais **licitantes**.

11.0 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final, readequada, do licitante arrematante, deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico:

I.PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA, FOLDERS OU MATERIAL INFORMATIVO ORIGINAL DO PRÓPRIO FABRICANTE COM CERTIFICADO DO INMETRO PARA ATESTAR A COMPATIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS REQUERIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA MARCA OFERTADA PELO LICITANTE PARA ANÁLISE E PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

II. Indicar o prazo de garantia de fábrica de no mínimo 12 meses:

III. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

IV. Conter a indicação do Banco (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL), número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

V. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.2.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.6. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

11.6.1. contiver vícios insanáveis;

11.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e neste Edital;

11.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

11.6.6. contenham falhas apontadas pelo Pregoeiro as quais não sejam corrigidas nem tampouco justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento.

11.7. Poderá ser considerado como manifestamente inexequível a(s) proposta(s)/ lances que estiver(em) com seu valor final correspondente a 50% do valor máximo admitido para o item, desde que for o caso, e, a partir da solicitação do pregoeiro através de diligências, a(s) empresa(s) vencedora(s) não consiga(m) comprovar a exequibilidade dos preços apresentados.

11.7.1. a inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.7.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.7.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.8. Conforme preconiza jurisprudência do Tribunal de Contas da União, esta administração reconhece a necessidade de abrir o contraditório à empresa proponente, antes de promover sua desclassificação, de modo que a licitante possa demonstrar a exequibilidade da sua proposta, nos moldes do art. 59, §§ 2º e 4º da Lei Federal nº 14.133/21.

11.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.10.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, sob pena de não aceitação da proposta.

11.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

11.13. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

12.0 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os documentos nos termos e nos prazos previstos neste Edital.

12.2. Os documentos previstos neste item “12 ao 17” deste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta:

12.3.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no TCU
(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

12.4. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.4.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.5. A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, CONFORME ART. 65, § 2º DA LEI 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2024.

12.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

12.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.11. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos moldes do art. 64, § 1º da Lei Federal 14.133/21.

12.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço (verificando-se a Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores), negociará com o seu autor, nas mesmas condições e prazos conforme subitem 12.5, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente aos requisitos, caso em que será declarado vencedor.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

12.14. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.15. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir.

13.0 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

13.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial; inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação.

13.4. Inscrição do ato constitutivo, na hipótese de sociedade civil.

13.5. Documentos comprobatórios da eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações.

13.6. Prova da diretoria em exercício, na hipótese de sociedade civil.

13.7. Decreto de autorização, em sendo o caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

14.0 DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.), atualizada, emitido pelo Ministério da Fazenda conforme Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de Maio de 2016 da Secretaria da Receita Federal.

14.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante referente ao exercício corrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.3. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal;

14.4. Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

14.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;

14.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante;

14.7. Certidão de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.

14.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST, disponível no endereço eletrônico www.tst.gov.br/web/guest/certidao.

15.0 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

15.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

15.2. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede da pessoa jurídica:

15.2.1. A certidão descrita no subitem 15.2. somente é exigível quando a certidão negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial do Estado da sede da licitante (subitem 15.1.) contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

15.2.2. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

15.2.3. Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da pessoa jurídica.

15.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem possuir a proponente boa situação financeira, devidamente certificado e registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, excetuando-se aquelas empresas obrigadas a



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

envio das demonstrações contábeis via eletrônica (ECD) as quais deverão apresentar além dos demonstrativos o devido recibo de envio extraído do sistema SPED, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data fixada para a abertura do certame.

15.3.1. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, bem como Instrução Normativa SG/MPDG 05 de 25/05/2017, será avaliada a capacidade financeira da empresa licitante, de modo a se aferir, objetivamente, a situação da sua saúde econômico-financeira, comprovando assim, estar apta a adimplir o compromisso firmado com a administração. A comprovação será baseada na obtenção dos índices de **Liquidez Corrente (LC)**, **Liquidez Geral (LG)** e **Solvência Geral (SG)** resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado **igual ou superior a 1,0 (um)**, nos índices abaixo indicados:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- **LC:** A exigência e aferição do índice de liquidez Corrente se justifica para que seja possível vislumbrar a capacidade de pagamento de uma empresa no curto prazo.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- **LG:** A exigência e aferição do índice de Liquidez Geral se justifica por ser um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de longo prazo. A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada.

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- **SG:** A exigência e aferição do índice de Solvência Geral se justifica por expressar o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

15.4. Os índices constantes do subitem 15.3.1. acima descritos, poderão ser demonstrados em folha própria, devidamente assinada pelo contabilista responsável devidamente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade - CRC, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

15.4.1. O demonstrativo a que se refere o subitem 15.4, ficará sujeito à conferência de seus cálculos pelo pregoeiro.

15.4.2. Conforme disposição do §4º do art. 69 deverá a empresa apresentar de forma cumulativa, os índices contábeis e Patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.5. Serão considerados e aceitos, na forma da lei, os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

15.5.1. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado ou jornais de grande circulação;

15.5.2. Quando se tratar de outra forma societária (ME, EPP, LTDA e Empresas Individuais), o balanço patrimonial deverá ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, bem como cópias dos **Termos de Abertura e Encerramento**, extraídos do Livro Diário. (Art. 5º, § 2º do Decreto Lei nº 486/69), contendo:

15.5.2.1. Menção do número do Livro Diário correspondente ao exercício social exigido;

15.5.2.2. Identificação e assinatura legível do(s) sócio(s) da empresa;

15.5.2.3. Identificação e assinatura legível (**chancela**) do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade.

15.6. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de 01 (um) ano, esta deverá apresentar apenas o **Balanço de Abertura**, §1º do artigo 65 da Lei 14.133/2021, o qual deverá conter a identificação e assinatura legível (**chancela**) do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade, bem como ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

15.7. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de 02 (dois) anos, esta deverá apresentar apenas o **Balanço do último exercício social**, §6º do artigo 69 da Lei 14.133/2021, o qual deverá conter a identificação e assinatura legível (**chancela**) do



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade, bem como ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

15.8. A comprovação de inscrição do contador responsável junto ao Conselho Regional de Contabilidade, devidamente habilitado pelo referido órgão no qual o Contabilista se encontra inscrito, será verificada pelo Pregoeiro no site oficial do órgão emissor.

16.0 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

16.1.1. Somente será aceito(s) atestado (s) firmado (s) em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado pelo responsável que o expediu, com as seguintes indicações:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) Indicação do respectivo cargo ou função de quem o expediu.
- d) Comprovação de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

17.0 DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO

17.1. A declaração de apresentação necessária para fins de participação no presente procedimento deverá ser apresentada **UNICAMENTE** na forma de **Declaração Unificada**, usando o modelo constante no **Anexo III** deste Edital.

17.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital

17.2. Todos os documentos contidos que vierem a instruir o processo, nele ficarão retidos e deverão ser entregues em original, por publicação na imprensa oficial, ou, por cópia devidamente autenticada em cartório competente, podendo também ser autenticada pela Comissão nos termos da Lei.

17.3. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre de greve ou recesso, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, e comprovar que a vigência se expirou após, deflagrada a greve ou recesso, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em paralisação através de matéria e/ou reportagem ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

17.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos.

17.5. Todos os documentos apresentados deverão corresponder unicamente em nome da licitante que se habilita para o certame:

17.5.1. O licitante poderá apresentar documentos referentes à **matriz (sede) ou filial (domicílio)** da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto para com a Fazenda Federal e Balanço Patrimonial.

17.6. Os documentos/certidões que não apresentarem prazo de validade serão considerados válidos por um período de 30 (trinta) dias de sua emissão, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal, ficando a licitante responsável por juntar a respectiva comprovação.

17.7. Os documentos emitidos via internet, terão sua autenticidade verificada nos sites das fontes emissoras.

18.0 DILIGÊNCIAS

18.1. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

18.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal N° 008/2024, de 12 de janeiro de 2024):

18.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e;

18.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.3. Para os fins do disposto no subitem 18.2.1, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

18.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

18.5. Durante os trabalhos de julgamento das propostas de preços e das documentações de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.

18.6. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou à documentação de habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos **(segundo o Acórdão TCU nº 1.211/2021, 221/2024-2ª Câmara; Processo nº 241000055-5 TCE-PE).**

19.0 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A impugnação deverá ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por forma eletrônica, através do **SISTEMA ELETRÔNICO BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC:** <https://bnc.org.br/>

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE** por forma eletrônica, através do **SISTEMA ELETRÔNICO BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC:** <https://bnc.org.br/>

19.6. O pregoeiro responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

19.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

20.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

20.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo 10 (dez) minutos;

20.2.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

20.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

20.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

20.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do art. 165, § 2º da Lei 14.133/21.

20.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

21.0 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

21.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

21.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

21.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

21.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

21.3. A(s) convocação(ões) se dará(ão) por meio do sistema eletrônico ("chat") e Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

22.0 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. A adjudicação e homologação desta licitação serão de responsabilidade da autoridade superior.

22.2. Homologado o procedimento licitatório, a licitante adjudicatária será notificada, para sua assinatura contratual.

23.0 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

23.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

23.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

23.5. Os preços registrados, com a indicação dos fornecedores, serão divulgados no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

23.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

23.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

24.0 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

24.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

24.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

24.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

24.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes fornecedores registrados na ata.

24.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

24.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

24.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

24.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

24.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23, bem como no Decreto Municipal Nº 008/2024.

24.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro colocado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

24.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

24.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

25.0 DA EXECUÇÃO E PRAZO DO OBJETO

25.1. Da execução e prazo de entrega dos produtos objeto desta licitação encontra-se no Termo de Referência, ata de registro de preços e minuta do contrato, documento em anexo a este edital, sendo parte inseparável do mesmo.

26.0 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As disposições sobre as infrações e sanções administrativas encontram-se previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato, documento em anexo a este edital, sendo parte inseparável do mesmo.

27.0 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. Conforme preconiza o Artigo 17, do Decreto Federal nº 11.462/2022, bem como no Decreto Municipal nº 008/2024 a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

28.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 71, incisos II e III da Lei Federal nº 14.133/21.

28.2. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

28.3. As Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

28.5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 125 da Lei n.º 14.133/21.

28.6. Todos os anexos do presente edital fazem parte integrante e inseparável do mesmo.

28.7. Os atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados nos meios legais cabíveis.

28.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Sistema do BNC endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, e no portal da Transparência, endereço eletrônico <http://www.caetes.pe.gov.br/> e também poderão ser lidos os autos do processo administrativo e permanecerão com vista franqueada aos interessados e/ou obtidos no Departamento de Contratação no Prédio da Prefeitura Municipal, localizada no endereço constante no rodapé deste documento, em dias úteis, no horário das 08h horas às 13h.

28.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Caetés/PE.

Caetés, 24 de outubro de 2024.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Autoridade Superior



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, Decreto Municipal Nº 008/2024, Decreto Municipal Nº 017/2024, bem como pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas respectivas alterações posteriores.

1.2. O presente documento encontra-se subsidiado pelas análises que foram desenvolvidas a partir do Estudo Técnico Preliminar de Contratação – ETP, tendo como principal objetivo descrever os elementos imprescindíveis à contratação e execução do objeto deste certame licitatório.

2.0 OBJETO

2.1. Constitui objeto deste termo o Registro de Preços para aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do município de Caetés-PE.

3.0 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a aquisição do mobiliário escolar se justifica em razão de reposição do já existente na rede física da SEDUC, além de atender a necessidade surgida em razão das reformas nas escolas nas quais foram construídas novas salas de aula;

3.2. Considerando a necessidade de estruturação e mobília dos refeitórios da rede que não contavam com mobiliário adequado e suficiente para atender os estudantes;

3.3. Considerando por fim, não menos importante foram criadas em algumas escolas salas de leitura e para tanto se faz necessária à aquisição de mobiliário específico para as referidas salas;

3.4. Diante de todos os fatos expostos, verifica-se a necessidade que este município possui no que tange a aquisição (objeto).

4.0 REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. A futura contratação pública encontra-se inserida na classificação de bem comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade do objeto podem ser objetivamente definidos em edital, utilizando-se para tanto, especificações usuais/habituais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/21, de 1º de Abril de 2021;

4.2. Nesse sentido alude-se que a descrição do objeto deve ser compreendida com facilidade por todos àqueles que tiverem acesso aos autos do presente processo e,



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

especialmente, os licitantes que desejarem participar do futuro certame licitatório.

4.2.1. Corroborando a presente elucidação, têm-se abaixo o entendimento de Marçal Justen Filho (2004, pags. 35, 74, 91-95 - Comentários a legislação do pregão comum e eletrônico). Vejamos:

o pregão, por tratar-se de aquisições de bens e serviços comuns, pressupõe uma necessária simplificação decorrente da ausência de especificidade do objeto licitado, devendo, como regra, ser desnecessária a qualificação técnica para aquisição desses bens e serviços. É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário). As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).

4.3. Isto posto, verifica-se que os requisitos necessários à participação do futuro processo licitatório devem ser os estritamente necessários à execução do objeto bem como os pressupostos legais definidos na lei que regerá o certame a ser realizado posteriormente. Por conseguinte, segue abaixo as principais premissas que regem a participação das empresas no futuro processo licitatório:

4.3.1. Ausência de impedimentos para contratar;

4.3.2. Cumprir os requisitos previstos nos arts. 62 a 70 da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021;

4.3.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

4.3.4. Eficiência/Capacidade Técnica - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.3.5. Qualidade/prazos dos itens adquiridos - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.3.6. Redução de risco – não desistência da empresa no fornecimento dos itens em prazo anterior ao término de vigência do contrato;



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

4.3.7. Coerência – Valores oferecidos por item, sejam coerentes com os valores praticados no mercado.

4.4. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme § 2º, do art.122, da Lei Federal 14.1333, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.5. DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS E ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FORMALIZADAS PELO ÓRGÃO DEMANDANTE;

4.5.1. Nos termos do caput do art. 86 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, este órgão ficará dispensando de realizar procedimento público de intenção de registros de preços, dado que a Secretaria Municipal de Educação do município de Caetés/PE, será a única Entidade Gerenciadora/Contratante da Ata de Registro de Preços formalizada em virtude do Sistema de Registro de Preços 003/2024 - PMC.

4.5.2. Em observância ao § 2º do art. 86 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c § 2º do art. 90 do Decreto Municipal nº 008, de 12 de janeiro de 2024, não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Caetés por órgãos e entidades de outros municípios.

4.6. DA GARANTIA

4.6.1. Ressalvada o prazo de garantia legal (Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990), o prazo de garantia contratual dos bens, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.6.2. A garantia será prestada com vistas a manter o mobiliário recebido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.6.2.1. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.6.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.6.4. Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

4.6.5. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo, de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.6.5.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.6.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.6.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.6.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.7. Por fim, tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, os requisitos da contratação, limitar-se-ão ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado.

5.0 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Conforme análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar, as quais têm como parâmetro as alternativas encontradas no mercado para a aquisição do objeto em estudo, verificou-se que a solução que melhor atenderá a presente demanda é o Registro de Preços para aquisição de mobiliários para atender as necessidades da Rede Municipal de ensino do município de Caetés/PE.

5.1.1. É relevante destacar que após levantamentos de mercado, verificou-se que este, oferecia três possíveis soluções ao atendimento desta demanda, as quais se encontram doravante descritas:

5.1.1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAETÉS/PE.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

5.1.1.2. ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORMALIZADA POR OUTROS ENTES FEDERATIVOS

5.1.1.3. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAETÉS/PE

5.2. Após análise das opções acima especificadas, observou-se que a solução descrita no subitem 5.1.1.3, é a que melhor atende a finalidade pública que permeia a aquisição do objeto. Para tanto, analisou-se os seguintes fatores:

5.2.1. conforme fatos apontados no item anterior – ITEM 5.0 – LEVANTAMENTO DE MERCADO – constatou-se que a solução 5.1.1.1, malgrado ser usualmente utilizada para a aquisição do objeto em tela, não será aplicada tendo em vista que a quantidade inicialmente estimada não será adquirida em uma contratação única;

5.2.2. por conseguinte, a opção descrita no item 5.1.1.2, não obstante ser prevista legalmente, não se coaduna com a demanda em comento, uma vez que cada ente federativo possui suas particularidades na aquisição do objeto em análise, o que pode variar desde a sua especificação até os valores de mercado previamente contratados.

5.2.3. Em se tratando da alternativa elencada no item 5.1.1.3., é de sumo relevo enfatizar que:

a) de início, há um quantitativo prévio estimado conforme levantamento realizado pela secretaria requisitante. No entanto, há uma certa probabilidade de variação no que tange a referida quantidade. Tal assertiva se encontra baseada no fato de que as contratações serão realizadas conforme as necessidades oriundas de cada instituição escolar.

a.1) Nesse diapasão, cita-se o entendimento do renomado Niebuh ((Licitação Pública e Contrato Administrativo - 6º ed. 2023 – pág. 813):

”o Registro de Preços deve ser utilizado para as situações em que a Administração requer dado objeto com alguma periodicidade, diante da demanda que se replica. E mais, é necessário objeto que possa ser de alguma forma replicado, portanto, que ele possa ser padronizado ou que tenha elementos que permitam replicá-lo, definindo-se numa unidade que se repete[...]. O registro de preços, diante dessas premissas, cai muito bem em relação a objetos de difícil previsibilidade, dado que a Administração pode prever no edital de licitação e registrar em ata quantitativo superior à sua real estimativa, dado que não é obrigado a contratá-lo, insista-se, na forma do artigo 83 da Lei 14.133/21. Daí, frustrada a estimativa inicial, a Administração disporá ainda de quantitativo, como



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

se fosse uma reserva, podendo contratar o que for necessário, sem maiores percalços, sem ter que lançar nova licitação.

b) Reputa-se fundamental esclarecer que não obstante os fatos acima explanados, Niebuh ((Licitação Pública e Contrato Administrativo - 6º ed. 2023 – pág. 813) defende que “não há nada que obste a utilização do registro de preços para demandas previsíveis, mesmo porque as demandas previsíveis também podem sofrer alguma variação, ainda que provocada por fatores de exceção.”

5.2.4) Por conseguinte, é de sumo relevo enfatizar que por se tratar de uma quantidade significativa de itens e, sobretudo, pelo fato de que o objeto possui a característica da divisibilidade, será adotado o critério de julgamento por itens. Trata-se de uma conduta ratificada pela Súmula 247 do TCU. Vejamos:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

5.2.5.) Diante dos fatos expostos, denota-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços proporcionará significativas vantagens a este ente, em especial:

a) facultatividade da contratação – uma vez que registrados os preços, o respectivo fornecedor não detém direito à contratação (adjudicação compulsória), frisando que os preços e quantitativos previamente pactuados devem permanecer vigentes pelo período de 12 meses, nos moldes do art. 84 da Lei 14.133/21;

b) desnecessidade de prévia dotação orçamentária – tendo em vista que a indicação da dotação orçamentária só ocorrerá no momento da contratação, conforme art. 17, do Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 008/2024;

c) utilização para atendimento de diversas pretensões contratuais, sem a necessidade da instauração de vários processos licitatórios, fato que produz economicidade para este ente federativo, dado que cada certame possui os seus custos;

d) contratações em conformidade com a demanda de cada unidade escolar, especialmente pelo fato de que os mobiliários serão imediatamente utilizados pelas referidas instituições, ante o fato de que o armazenamento dos aludidos itens ensejará



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

maiores gastos para a secretaria demandante, levando-se em consideração que haveria a necessidade da disponibilização de um local adequado para tanto.

5.2.6.) Trata-se de condutas que não poderiam ser vislumbradas no caso de realização de licitação convencional para a contratação do objeto requisitado, especialmente, diante do fato de que a licitação ordinária pressupõe a contratação da quantidade total do objeto licitado e indicação prévia de orçamento – fator que contribui substancialmente para o seu contingenciamento.

5.3. Denota-se, portanto, que a adoção da presente alternativa proporcionará uma maior eficiência e alcance do interesse público existente na aquisição do objeto em tela, levando-se em conta as experiências advindas de outros entes federativos.

5.4. Destarte, conforme o inciso I, do art. 33 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o critério de julgamento que será adotado é o “menor preço”, tendo em vista que a aludida hipótese proporcionará o menor dispêndio para os cofres públicos do município de Caetés/PE, atentando-se, todavia, aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto demandado. Por conseguinte, em conformidade com os arts.18, inc. VIII c/c art. 56, inciso I da referida legislação, o modo de disputa que será adotado é o fechado e aberto. Nesse sentido, serão classificados o licitante que apresentar o menor preço e àqueles que apresentarem propostas até 10% superiores ou inferiores àquela.

5.5.) À vista disso, em respeito ao art. 50, da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, estatui-se que o futuro processo licitatório adotará a modalidade Pregão em sua forma eletrônica, tendo como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços, uma vez que esta é aplicada aquisição de bens e serviços comuns, nos moldes dos incs. XLI e XLV do art. Art. 6º, da Lei 14.133, de Art. 1º de Abril de 2021.

5.6. DOS BENEFÍCIOS DESTINADOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.6.1. Sabe-se que em tratando de objeto divisível, a Administração Pública, em regra, deve proceder ao seu fracionamento, almejando-se dessa maneira beneficiar as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição prevista no art. 48, inciso III da LC 123/06. Há ainda a possibilidade da realização de licitação exclusiva quando o valor estimado do objeto não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com o inciso I do mesmo artigo e lei, anteriormente citado.

5.6.2. Entretanto, é mister destacar que a própria legislação traz exceções ao referido mandamento. Nesse sentido, o inc. III do art. 49 da aludida legislação preceitua que “Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.”

5.6.3. Denota-se, portanto, que a exclusividade ou a reserva de cotas amparada na Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/14, conforme estabelece o artigo 48, nota-se que a Lei visa ampliar a participação das empresas menores (ME/EPP) nas contratações públicas. Todavia, essa condição não deve ser elevada acima do interesse público, especialmente quando se verifica que os certames têm como um de seus principais objetivos, alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Por conseguinte, o parágrafo único do art. 11 da Lei 14.133/21, estabelece que uma das diretrizes que devem ser seguidas nos procedimentos licitatórios é a promoção de eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

5.6.4. Nessa exegese, convém destacar as distinções existentes entre o princípio da eficiência e a efetividade e eficácia produzida nas contratações públicas. Reputa-se nesse cenário, o entendimento intitulado no artigo “Incentivos à “economicidade dinâmica” e economicidade sistêmica” em obras públicas na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (SARAIVA, Aldem Johnston Barbosa Araújo, Leonardo Saraiva. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. P. 307):

eficiência traduz-se em modo de desempenho da atividade administrativa voltada a objetivos pré-estabelecidos, com destaque à conclusão efetiva da obra, qualidade, menor desembolso, menor custo de operação e manutenção, sustentabilidade. [...] A eficácia se revela pela utilização de meios e instrumentos (jurídicos, técnicos, tecnológicos...) idôneos ao alcance das finalidades colimadas na contratação e a efetividade corresponde ao alcance do resultado planejado com a contratação, o que pode ser entendido como a conclusão efetiva do objeto, obtendo a qualidade esperada.

5.6.5. Outrossim, o renomado autor Ronny Charles no artigo “A (in)aplicabilidade dos benefícios de exclusividade ou preferência a ME e EPP nas contratações diretas por dispensa de valor regidas pela Lei 14.133/21, dispõe que:

“os privilégios concebidos para participação nos certames, mitigadoras da competitividade, dificultarão a busca pela melhor proposta para a Administração, resultando na ampliação de seus gastos, que serão suportados, ao final, pela própria sociedade, o que exige ponderação sobre a correta aplicação de tais normas de privilégio, sobretudo porque, conforme analisado, quando desproporcionais, estas descambam para a inconstitucionalidade, pela afronta aos princípios norteadores da própria atividade administrativa.”

5.6.6. Aplicando por analogia a disposição acima elencada, no que diz respeito à disposição do inc. III do art. 48 da LC 123/06 - Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: deverá estabelecer, em certames para



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.” A aplicação da referida norma poderá ensejar alguns prejuízos a esta Administração, notadamente:

a) a divisão dos itens em cotas, tem o condão de prejudicar o princípio da ampla competitividade levando-se em conta que caso haja a divisão dos quantitativos dos produtos licitados em cotas, pode haver a incidência de uma menor participação de potenciais fornecedores, haja vista que haverá a redução do valor que poderá ser adjudicado em favor de cada possível fornecedor, caso cada item seja licitado em sua totalidade sem a divisão por cotas;

b) há a probabilidade da realização de entregas em datas distintas e, sobretudo, a produção/ aquisição de objetos com características diversas (tonalidade, características, material utilizado para a sua fabricação), o que contribuirá para uma despadronização do mobiliário. Exemplifica-se a presente situação: o item carteiras escolares, sendo dividido em cotas, caso haja a adjudicação de uma parte do objeto para uma empresa classificada como demais e outra parte para uma ME/EPP, há o visível risco do mobiliário ser adquirido com empresas distintas, possuindo marcas, cores e até mesmo espessuras ou tamanho diversos. Ainda, mesmo se tratando de um fato que não ocorre rotineiramente, há de se levar em conta de que pode haver um desencontro quanto a data da entrega. Assim, uma escola que necessita que seja entregue 500 carteiras escolares a fim de promover a renovação do ambiente escolar, diante do fato de que houve a divisão em cotas, esta pode receber somente 125 ou 350 carteiras, dado que o objeto foi adjudicado em favor de duas empresas. Na presente situação, a instituição escolar promoverá a renovação de apenas uma parte das salas de aula ou ainda, terá que promover o armazenamento dos itens recebidos, o que pode gerar danos e, sobretudo, gastos diante da necessidade da disponibilização de um local adequado para armazenar o mobiliário.

c) os custos com tributos, transportes, margem de lucro e outros dispêndios que incidem em toda a cadeia comercial que vai desde a fabricação/aquisição até a finalização da venda. Tal fato desencadeia uma maior onerosidade às ME/EPP's, havendo dessa maneira o notório fato de que os preços ofertados pelas aludidas empresas podem ser majorados, dado que estes devem englobar todos os custos para o adimplemento do objeto pactuado.

5.6.7. Cumpre destacar que no caso em apreço, não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). No entanto, há de sopesar em cada caso qual o fator que prepondera: o fomento às microempresas e empresas de pequeno porte ou os prejuízos que a Administração pode sofrer em virtude da aplicação da legislação atinente a referida



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

matéria. Nessa senda, a própria norma assim como a jurisprudência baseada em diversos entendimentos do TCU, preceitua que não deve haver a aplicação da referida lei em detrimento de danos que podem ser advindos dos certames que adotam as aludidas regras.

5.6.8. Para mais, é de sumo relevo frisar que os demais critérios atinentes aos benefícios que prestigiam às Microempresas e Empresas de pequeno porte, serão devidamente preservados. Nesse cenário, dispõe-se que caso uma ME/EPP seja classificada em segundo lugar, o sistema automaticamente a notificará para que a mesma possa usufruir do benefício que a ela é concedido, consoante previsão dos arts. 44 e 45 da LC 123/06 (direito de preferência).

5.7. Isto posto, diante das particularidades que permeiam o objeto demandando (mobiliário escolar) assim como a busca pela obtenção da proposta mais vantajosa e aquisição de itens padronizados, conforme justificativas apresentadas, não se procederá a divisão dos itens em cotas ou a destinação de itens para participação exclusiva para ME/EPP. Através disso, almeja esta administração alcançar um resultado satisfatório e eficiente no que tange a aquisição do objeto demandando assim como prestigiar o princípio do interesse público em suas duas vertentes: beneficiar a coletividade estudantil caeteense com a disponibilização de mobiliário padronizado e dotados de qualidade assim como promover a aquisição do aludido com objeto com preços e custos que não onerem demasiadamente os cofres públicos.

5.8. Assim, considerando as justificativas e a motivação suscitadas ao longo do presente tópico, constata-se que a solução apresentada está em consonância com as particularidades que norteiam a aquisição do objeto em análise, sendo, portanto, a solução mais apta a atender os anseios deste órgão no que diz respeito a sua demanda, além de estar em equivalência com os princípios da Legalidade, Eficiência, Economicidade, Competitividade e, principalmente, com o Interesse público que direciona a futura contratação pública.

5.9. Por fim, é válido destacar que o termo de referência trará ao longo de seu texto, de forma detalhada, a especificação pormenorizada do objeto em análise.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

6.0 DO VALOR ESTIMADO E DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

6.1. O valor global, máximo admitido para o fornecimento, objeto deste Edital, será a importância de **R\$ 3.598.020,17 (três milhões, quinhentos e noventa e oito mil vinte reais e dezessete centavos)**, cujos valores foram obtidos tomando-se como referência Banco de Preços – Negócios Públicos, Pregão Eletrônico nº 90010/2024 FNDE/FDE, Painel de Compras do Gov. Federal, Domínio Amplo e Nota Fiscal, conforme diretrizes estabelecidas para composição de cesta de preços.



6.2. Os Itens e os quantitativos estimados, para o fornecimento dos produtos, objeto deste Termo de Referência, será o relacionado abaixo:

ITEM	COD	ESPECIFICAÇÃO	IMAGEM	QUANT.	UND.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	CATMAT 408930 - 464894	CONJUNTO PARA PROFESSOR: MESA E CADEIRA - MESA PROFESSOR - Material Estrutura: Metálica Tubular Formato: Retangular Material Tampo: Aglomerado De Mdp Espessura Tampo: 25 MM Revestimento Tampo: Laminado Melaminico Baixa Pressão Dimensões: 1200x640x740 MM. CADEIRA FIXA - Material Assento: Plástico Polipropileno Material Encosto: Plástico Polipropileno Tipo Base: Fixo Características Adicionais: Empilhável Cor: Azul. Certificado		200	CONJ.	R\$ 651,54	R\$ 130.308,00



Prefeitura Municipal de Caetés



Palácio do Índio Caetés

		pelo INMETRO.					
2	CATMAT 384572	CADEIRA ESCRITÓRIO - Material Estrutura: Tubo Aço Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido Material Encosto: Compensado/Espuma Laminada Material Assento: Compensado/Espuma Laminada Tipo Base: Giratória Tipo Encosto: Espaldar Baixo Regulável Apoio Braço: Sem Braços Cor: Azul Acabamento Superficial Estrutura: Pintura A Pó Cor Estrutura: Preta Quantidade Pés: 5 UN. Certificado pelo INMETRO.		40	UND	R\$ 295,00	R\$ 11.800,00
3	CATMAT 612658	GAVETERIO MÓVEL - Material: Madeira Aglomerada Tipo Revestimento: Laminado Melamínico Quantidade Gavetas: 2 Gavetas E 1 Gavetão UN Altura: 68 CM Largura: 40 CM Profundidade: 50 CM Tipo Pés: Com Rodízio Características Adicionais: Fechadura Frontal Tipo Puxadores: Metálicos Tipo Alça. Certificado pelo INMETRO.		25	UND	R\$ 568,83	R\$ 14.220,75



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

4	CATMAT 382870	Cadeira Escritório - Material Estrutura: Aço Material Revestimento Assento E Encosto: Courvin Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado Material Assento: Espuma Poliuretano Injetado Tratamento Superficial Estrutura: Pintura Eletrostática Tipo Base: Fixa Tipo Encosto: Encosto Interligado Ao Assento Por Tudo De Aço Apoio Braço: Sem Braços Características Adicionais: Pés Tipo Palito Em Aço (7/8")/Sapatas Deslizantes Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Em Epóxi Pó Quantidade Pés: 4 UN. Certificado pelo INMETRO.		50	UND	R\$ 177,50	R\$ 8.875,00
5	CATMAT 416830	LONGARINA DE 04 LUGARES - CADEIRA SOBRE LONGARINA - Material Assento E Encosto: Compensado/Espuma Injetada Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido Quantidade Assentos: 4 UN Características Adicionais: Bordas De Proteção Em Pvc Material Estrutura: Aço Acabamento Superficial Longarina: Pintura Em Epóxi. Certificado pelo INMETRO.		100	UND	R\$ 582,53	R\$ 58.253,00



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

6	CATMAT 482640	CONJUNTO ALUNO CLASSE DIMENSIONAL 3 – Altura do aluno: de 1,19m a 1,42m. Conjunto do aluno individual composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e em conformidade com a norma ABNT NBR14006 – Móveis escolares - Cadeiras e mesas para conjunto aluno individual. Mesa individual com tampo em plástico injetado com aplicação de laminado melamínico na face superior, dotado de travessa estrutural injetada em plástico técnico, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço. Dimensões: Mesa Largura: 605 mm (+2) Profundidade: 465 mm (+2) Altura do tampo: 22 mm Altura do tampo ao chão: 644 mm (+/-10) Cadeira Altura do chão ao assento: 380 mm (+/- 10) Encosto: 396 mm (L) x 198 mm (A) Assento: 400 mm (L) x 350 mm (P). Anos Iniciais de 04 a 05 anos, educação infantil. Na cor Amarela.		620	CONJ.	R\$ 524,75	R\$ 325.345,00
---	------------------	---	--	-----	-------	------------	----------------



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

7		<p>CONJUNTO ALUNO CLASSE DIMENSIONAL 4 - Altura do aluno: de 1,33m a 1,59m: Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e em conformidade com a norma ABNT NBR 14006 - Móveis escolares - Cadeiras e mesas para conjunto aluno individual. Mesa individual com tampo em plástico injetado com aplicação de laminado melamínico na face superior, dotado de travessa estrutural injetada em plástico técnico, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço. Dimensões: Mesa Largura: 605 mm (+2) Profundidade: 465 mm (+2) Altura do tampo: 22 mm Altura do tampo ao chão: 644 mm (+/-10) Cadeira Altura do chão ao assento: 380 mm (+/- 10) Encosto: 396 mm (L) x 198 mm (A) Assento: 400 mm (L) x 350 mm (P). Do primeiro ao quinto ano - anos iniciais. Na cor vermelha.</p>		810	CONJ.	R\$ 568,33	R\$ 460.347,30
---	--	--	--	-----	-------	------------	----------------



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

8		<p>CONJUNTO ALUNO CLASSE DIMENSIONAL 5 - Altura do aluno: 1,46m a 1,76m: conjunto do aluno composto de 1(uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e em conformidade com a norma BNT NBR 14006 - Móveis escolares - Cadeiras e mesas para conjunto aluno individual. Mesa individual com tampo em plástico injetado com aplicação de laminado melamínico na face superior, dotado de travessa estrutural injetada em plástico técnico, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço. Dimensões: MESA: Largura: 605MM (+2) Profundidade: 465 mm (+2) Altura do tampo: 22 mm altura do tampo ao chão: 710 mm (+/-10). Cadeira altura do chão ao assento: 430 mm (+/-10) encosto: 396 mm (L) x 198 mm (a) assento: 400 mm (L) x 390 mm (P). Anos finais. Na cor verde.</p>		2000	CONJ.	R\$ 594,67	R\$1.189.340,00
---	--	--	--	------	-------	------------	-----------------



Prefeitura Municipal de Caetés



Palácio do Índio Caetés

9		<p>CONJUNTO ALUNO CLASSE DIMENSIONAL 6 - Altura do aluno: de 1,59m a 1,88m: Conjunto do aluno composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e em conformidade com a norma ABNT NBR 14006 - Móveis escolares - Cadeiras e mesas para conjunto aluno individual. Mesa individual com tampo em plástico injetado com aplicação de laminado melamínico na face superior, dotado de travessa estrutural injetada em plástico técnico, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço. Dimensões: MESA: Largura: 605 mm (+2) Profundidade: 465 mm (+2) Altura do tampo: 22 mm Altura do tampo ao chão: 760 mm (+/-10). Cadeira: Altura do chão ao assento: 460 mm (+/- 10) Encosto: 396 mm (L) x 198 mm (A) Assento: 400 mm (L) x 430 mm (P). Anos finais. Na cor azul.</p>		1350	CONJ.	R\$ 617,00	R\$ 832.950,00
---	--	---	---	------	-------	------------	----------------



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

10		Mesa Pessoa em Cadeira de Rodas / MA-02 - Mesas individuais com tampo em madeira aglomerada revestido de laminado melamínico de alta pressão e chapa de balanceamento na face inferior. Estrutura tubular de aço, composta por travessas inferiores em tubo de aço Ø1.1/2", superiores em Ø1.1/4" e colunas 29 x58mm, pintura epóxi pó liso brilhante. Bandeja porta livros em polipropileno. Anos finais. Certificado pelo INMETRO.		35	UND	R\$ 535,67	R\$ 18.748,45
11	CATMAT 611265	ARMÁRIO BAIXO 2 PORTAS - ARMÁRIO ESCRITÓRIO - Material: Mdp Quantidade Portas: 2 UN Material Porta: Madeira Mdp Tipo Portas: De Giro Quantidade Prateleiras: 1 UN Material Prateleiras: Madeira Mdp Revestimento: Laminado Melamínico Largura: 1 M Altura: 72 CM Características Adicionais: Travamento Portas Sistema Cremona, Fechadura Com C		20	UND	R\$ 484,76	R\$ 9.695,20



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

		Profundidade: 50 CM Tipo: Baixo. Certificado pelo INMETRO.					
12	CATMAT 256096	ESTANTE - Material: Aço Tipo: Chão Altura: 1,98 M Largura: 0,92 M Profundidade: 0,30 M Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Cor: Cinza Quantidade Prateleiras: 6 UN Tipo Prateleiras: Reguláveis Material Cantoneira: Chapa 24 Local Travamento: Nas Costas e Laterais. Certificado pelo INMETRO.		50	UND	R\$ 408,03	R\$ 20.401,50
13	CATMAT 482641	ARMÁRIO ROUPEIRO PARA PROFESSOR - ARMÁRIO EM AÇO TIPO ROUPEIRO - Material: Chapa Aço 26 Acabamento Superficial: Pintura Epóxi, Anti-Ferrugem Cor: Cinza Quantidade Portas: 16 UN Altura: 1,98 M Largura: 1,23 M Profundidade: 0,40 M Aplicação: Roupeiro Características Adicionais: Tipo Roupeiro. Certificado pelo INMETRO.		25	UND	R\$ 1.417,87	R\$ 35.446,75



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

14	CATMAT 613252	ARMÁRIO EXECUTIVO MDP - ARMÁRIO ESCRITÓRIO - Material: Madeira Mdp Quantidade Portas: 2 UN Material Porta: Madeira Mdp Tipo Portas: De Giro Quantidade Prateleiras: 4 UN Material Prateleiras: Madeira Mdp Tipo Puxador: Alça Tratamento Superficial: Laminado Melamínico Largura: 110 CM Altura: 190 CM Características Adicionais: Travamento Portas Sistema Cremona Profundidade: 50 CM. Certificado pelo INMETRO.		25	UND	R\$ 828,75	R\$ 20.718,75
15	CATMAT 362336	ARMÁRIO PANELEIRO COPA/COZINHA - Material: Aço Tipo: Paneleiro Acabamento Superficial: Pintura Epóxi Cor: Branca Quantidade Portas: 6 UN Quantidade Prateleiras: 3 UN Largura: 0,80 M Profundidade: 0,30 M Altura: 1,94 M Características Adicionais: Puxadores Cor Prata, Pés Cromados, Pintura Antiferrugem. Certificado pelo INMETRO.		19	UND	R\$ 668,84	R\$ 12.707,96



Prefeitura Municipal de Caetés



Palácio do Índio Caetés

16	CATMAT 610976	MESA ESCRITÓRIO - Material Estrutura: Aço Material Tampo: Mdp Cor Tampo: Cinza Quantidade Gavetas: 2 UN Largura: 1,20 M Profundidade: 0.60 M Altura: 0,74 M Espessura Tampo: 15 MM Características Adicionais: Com Chave. Certificado pelo INMETRO.		20	UND	R\$ 336,63	R\$ 6.732,60
17	CATMAT 385360	Armário Aço - Material: Chapa Aço 26 Acabamento Superficial: Fosfatizado Anti-Ferrugem Cor: Cinza Quantidade Portas: 2 UN Quantidade Prateleiras: 4 UN Altura: 198 CM Largura: 90 CM Profundidade: 40 CM Aplicação: Uso Geral Características Adicionais: Portas Com Puxador E Fechadura, Prateleiras Reguláveis. Certificado pelo INMETRO.		50	UND	R\$ 861,00	R\$ 43.050,00



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

18	CATMAT 296859	MESA C/8 CADEIRAS COPA/COZINHA - Material Mesa: Madeira Maciça Forma Mesa: Retangular Comprimento Mesa: 1,80 M Largura Mesa: 1,50 M Quantidade Cadeiras: 8 UN Material Cadeira: Madeira Maciça Altura Mesa: 0,78 M. Certificado pelo INMETRO.		20	CONJ	R\$ 2.820,00	R\$ 56.400,00
19		BANCO COLORIDO EM FORMATO DE LÁPIS PLÁSTICO GRANDE 163 CM ESTRUTURA DE FERRO, ENCOSTO E ASSENTO EM FORMATO DE LÁPIS COLORIDO. MEDIDAS DO PRODUTO MONTADO: LARGURA:163 CM PROFUNDIDADE: 56 CM ALTURA: 77CM. ALTURA DO ASSENTO DO CHÃO: 41 CM. Certificado pelo INMETRO.		24	UND	R\$ 925,15	R\$ 22.203,60



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

20	CATMAT 320712	CONJUNTO ESCOLAR - Conjunto Escolar - Componentes: Mesa e Cadeira Formato Mesa: Trapezoidal Material Tampo: Mdf Tratamento Superficial Estrutura: Verniz Características Adicionais: 6 Cadeiras: Assento/Encosto Em Madeira Compensada Mul Espessura Tampo: 18 MM Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Brilhante Cor: Branca. Certificado pelo INMETRO.		50	CONJ	R\$ 1.745,07	R\$ 87.253,50
21	CATMAT 392424	CARRO COLETOR LIXO - Material: Polipropileno Componentes: Com Tampa Capacidade: 120 L Características Adicionais: 2 Rodas / Dimensão 93x48x55 Cm Cor: Azul. Certificado pelo INMETRO.		25	UND	R\$ 275,06	R\$ 6.876,50



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

22	CATMAT 611831	MESA REUNIÃO REDONDA - Material: Madeira Mdf Tipo Madeira: Mdf Acabamento Superficial: Laminado Melamínico Tipo Revestimento: Laminado Melamínico Baixa Pressão Diâmetro: 1,20 M Altura: 0,784 M Características Adicionais: Tipo Pés Painel Em X, Sapatas Reguladoras De Nível Cor Estrutura: Preta. Certificado pelo INMETRO.		19	UND	R\$ 576,19	R\$ 10.947,61
23	CATMAT 612528	ORGANIZADOR ARRUMADINHO PEQUENO CESTOS, 2 LATERAIS C/ABERTURA QUE PERMITEM TOTAL VISUALIZAÇÃO E VENTILAÇÃO; 6 GANCHOS CABIDEIROS P/BOLSAS E CASACOS ; 9 CESTOS C/ ALÇA MODULARES; 6 TIRANTES TUBULARES EM ALUMÍNIO ; RODINHA P/MOVIMENTAÇÃO. Certificado pelo INMETRO.		30	UND	R\$ 1.656,88	R\$ 49.706,40



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

24	CATMAT 445176	MESA REFEITÓRIO - Material Tampo: Mdp Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Espessura: 15 MM Altura: 0,75 M Acabamento Bordas: Em Fita Laminada Melaminica Material Estrutura: Tubo Aço Galvanizado Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Em Epóxi Comprimento: 80 CM Largura: 1,20 M Cor: Branca. Certificado pelo INMETRO.		80	UND	R\$ 1.401,45	R\$ 112.116,00
25		ESTANTE INFANTIL LÁPIS COLORIDA , COM SUPORTE EM FORMA DE LÁPIS, EM MDF, ALTURA: 120 CM, LARGURA: 60 CM, PROFUNDIDADE: 25 CM, COM 04 (QUATRO) PRATELEIRAS COLORIDAS, TUDO PINTADO COM TINTA ATÓXICA, PRÓPRIA PARA AMBIENTES ESCOLARES INFANTIS. - ESTANTE INFANTIL COLORIDA , COM SUPORTE EM FORMA DE LÁPIS, EM MDF, ALTURA: 120 CM, LARGURA: 60 CM, PROFUNDIDADE: 25 CM, COM 04 (QUATRO) PRATELEIRAS COLORIDAS, TUDO PINTADO COM TINTA ATÓXICA, PRÓPRIA PARA AMBIENTES ESCOLARES		30	UND	R\$ 510,25	R\$ 15.307,50



Prefeitura Municipal de Caetés


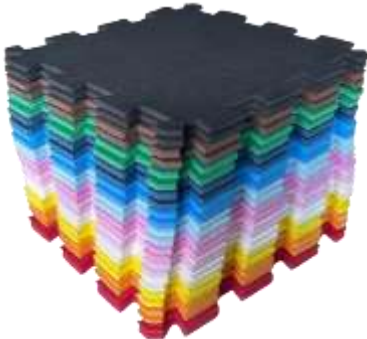
Palácio do Índio Caetés

		INFANTIS. Certificado pelo INMETRO.					
26		ESTANTE COLMEIA ORGANIZADORA 100% MDF.DESCRICÃO DO PRODUTO LARGURA TOTAL: 2,10 m MÓDULO I Largura: 60 cm Altura: 120 cm Profundidade: 40 cm MÓDULO II Largura: 90 cm Altura: 90 cm Profundidade: 40 cm MÓDULO III Largura: 60 cm Altura: 90 cm Profundidade: 40 cm NICHOS (medidas internas) Largura: 28 cm Altura: 28 cm Profundidade: 40 cm MATERIAL: 100% MDF 15MM TXT BRANCO MELAMÍNICO. Certificado pelo INMETRO.		30	UND	R\$ 573,45	R\$ 17.203,50
27	BR 403804	SIRENE MULTIAPLICAÇÃO - Tipo: Eletrônica Saída: 12 V Alcance: 500 M Características Adicionais: Transformador. Certificado pelo INMETRO.		10	UND	R\$ 321,81	R\$ 3.218,10



Prefeitura Municipal de Caetés


Palácio do Índio Caetés

28		CERCADINHO INFANTIL PARA CRECHES – Material: polietileno rotomoldado. Proteção UV. Conjunto com formato tradicional de cerca. Um dos segmentos é articulado e forma a portinha, que é fechada com uma tranca de plástico. Segmentos independentes que permitem um encaixe prático e seguro, que não se soltam mesmo quando suspensas. Cor: multicolorido. Medidas aproximadas: (A) 65cm x (C) 95cm. Certificado pelo INMETRO.		12	UND	R\$ 525,00	R\$ 6.300,00
29	CATMAT 467272	Tapete de E.V.A - Brinquedo Em Geral - Material: Borracha Sintética Eva Tipo: Tapete Infantil Pedagógico Cor: Diversas Dimensões: 30 X 30 X 0,10 CM Características Adicionais: Antialérgico, Articulados, Selo Inmetro		20	UND	R\$ 265,91	R\$ 5.318,20



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

30	CATMAT 482639	TATAME - Largura Placa: 100 CM Espessura Placa: 20 MM Características Adicionais: Atóxica, Antiderrapante e Lavável. Certificado pelo INMETRO.		50	UND	R\$ 124,58	R\$ 6.229,00
							R\$ 3.598.020,17



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

7.0 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.0 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Conforme preconiza o Artigo 17, do Decreto Federal nº 11.462/2022, bem como no Decreto Municipal nº 008/2024 a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9.0. DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma do fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o Município de Caetés e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O Município de Caetés poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Caetés poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. DA FISCALIZAÇÃO

9.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

9.6.2. A fiscalização deste contrato será exercida **pela Secretaria de Educação, através da fiscal de contrato a Sra. Juscymeire Azevedo Silva Reinaux Maia Portaria nº 252/2021, devidamente designado, conforme Instrução Normativa Nº 001/2016 da Secretaria Municipal de Controle Interno.**

9.7. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.7.1. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 008/2024);

9.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 008/2024).

9.7.2.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 008/2024).

9.7.2.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 008/2024).

9.7.2.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 008/2024).

9.7.2.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 008/2024).

9.8. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (conforme Decreto Municipal nº 008/2024).

9.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (conforme Decreto Municipal nº 008/2024).



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

9.9. DO GESTOR DO CONTRATO – ATRIBUIÇÕES CONFORME O DECRETO MUNICIPAL 008/2024.

9.9.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.9.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.9.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.9.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.9.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal.

9.9.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.9.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10.0 DA EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

10.1. Os produtos deverão ser entregues CONFORME A NECESSIDADE, da Secretaria Municipal de Educação, no qual formulará os pedidos via e-mail (ou outros meios adequados e legais), devidamente assinado pelo setor responsável, tendo a Contratada o PRAZO DE ENTREGA de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação pelo responsável legal.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

10.1.1. Deverá a contratada providenciar junto à transportadora e/ou profissionais incumbidos para tanto, que a entrega do mobiliário seja realizada, precisamente, de segunda à sexta, das 8h às 12h, nos seguintes endereços:

INSTITUIÇÃO ESCOLAR	ENDEREÇO	DISTÂNCIA ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A UNIDADE ESCOLAR
ANTÔNIA DE ABREU	SÍTIO CALDEIRÃO DO CHAPEU	12 km
ANTÔNIO ZACARIAS	SÍTIO QUATI	12,7 Km
BEATRIZ BEZERRA BARROS	SÍTIO BARRIGUDA	7 Km
CEI EMÍLIA CADETE DE SIQUEIRA	SÍTIO ATOLEIRO	7Km
CEI VEREADOR LUCINALDO J. BERNARDO	RUA NOVA	900 METROS
CEJAI PROF ^a SILENE PEREIRA DA SILVA	RUA 31 DE MARÇO	100 METROS
CÍCERO BARBOSA DA SILVA	POVOADO PONTA ALEGRE	8 Km
COLÉGIO MUN. MONS. JOSÉ DE A. CALLOU	RUA JOSÉ MALAQUIAS DA ROCHA	800 METROS
DOM HELDER CÂMARA	RUA MELQUIADES BORREGO	600 METROS
JOÃO ALEXANDRE DA SILVA	SÍTIO MALHADA DA ARARA	10,7 Km
JOÃO LAURENTINO	SÍTIO QUEIMADA GRANDE	9,9 Km
JOSÉ JOAQUIM DA SILVA	SÍTIO VÁRZEA DOS BOIS	10 Km
JOSÉ MACHADO WANDERLEY	SÍTIO VÁRZEA SUJA	7 Km
LINDALVA GALINDO DE SIQUEIRA	RUA NOVA	1 Km
MANOEL BERNARDO DA SILVA	SÍTIO MARIA PRETA	10,4 Km
MANOEL IZIDORIO	SÍTIO ATOLEIRO	7 Km
OLINDINA MARTINS DE	RUA ALFREDO CORREIA	500 METROS



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

OLIVEIRA		
RAMIRO SÁTIRO	SÍTIO BASTIÕES	4,4 Km
ROSIMERY TENÓRIO	RUA MANOEL IZIDÓRIO	1 Km

10.3. As despesas com Transporte, fretes, impostos, encargos sociais, trabalhistas ou previdenciário resultantes desta contratação correrão por conta do Contratado, sem nenhum ônus ou responsabilidade para o Município.

10.4. Os produtos entregues em desacordo com o exigido no Edital e Anexos do referido Processo, serão devolvidos a Contratada, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para efetuar a troca.

10.5. Correrão por conta da Contratada todas as despesas inerentes ao disposto do subitem anterior.

11.0 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

11.1. DO RECEBIMENTO

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, através do (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

parcela incontroversa do fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pelo perfeito fornecimento do contrato.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de no máximo de 10 (dez) dias úteis, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.2.2.1 o prazo de validade;

11.2.2.2 a data da emissão;

11.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

11.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

11.2.2.5. o valor a pagar; e

11.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.2.3.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4. A Administração deverá realizar consulta online nos sítios eletrônicos para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

11.2.4.1. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos pertinentes, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão em que se encontra inadimplente.

11.3. PRAZO PARA PAGAMENTO

11.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva dos produtos (chamado de ateste), e após o atendimento dos seguintes requisitos:

11.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) publicado através do IBGE de correção monetária.

11.4. FORMA DE PAGAMENTO

11.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

11.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

12.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2. FORMA DE FORNECIMENTO

12.2.1. O fornecimento do objeto será conforme a necessidade.

13.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções administrativas encontram-se descritas no instrumento de Contrato.

14.0 DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

14.1. A Lei 14.133/21, dispõe em seu artigo 103, as regras pertinentes à alocações de riscos no que tange a situações que possam gerar comprometimento ao objeto licitado. Nesta senda, tendo em vista as análises advindas do Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que a contratação do objeto em estudo deve atentar-se às seguintes situações:

RISCO	DANO	AÇÃO PREVENTIVA	PARTE QUE SUPOORTARÁ O RISCO	AÇÃO MITIGADORA
ROUBO/FURTO DO MOBILIÁRIO DURANTE O TRANSLADO PARA A ENTREGA	CONTRATANTE: NÃO ENTREGA DO MOBILIÁRIO DENTRO DO PRAZO CONTRATUALMENTE ACORDADO; CONTRATADO: PREJUÍZO FINANCEIRO	CONTRATADO: ADOTAR AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA REFERENTE A TRAFEGABILIDADE DOS PRODUTOS; CONTRATAR SEGURO.	PARTE CONTRADA	CONTRATANTE: PODERÁ PRORROGAR, POR IGUAL PERÍODO, O PRAZO INICIALMENTE PACTUADO PARA A ENTREGA.
2 - ACIDENTE DE TRÂNSITO	CONTRATANTE: ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO CONTRATADO; IMPOSSIBILIDADE DE PROMOVER A RENOVAÇÃO DO MOBILIÁRIO NO PRAZO	CONTRATADO: PROMOVER CAPACITAÇÃO, A FIM DE ORIENTAR OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE,		CONTRATADO: INSTALAR APARELHOS GPS E CÂMERA NOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE MERCADORIAS, A FIM DE



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

	PROGRAMADO; CONTRATADO: POSSIBILIDADE DE EXTRAVIO DA MERCADORIA; DETERIORAÇÃO DOS PRODUTOS.	RESPEITAR AS DIRETRIZES LEGAIS ACERCA DO TRÁFEGO NAS RODOVIAS, ESPECIALMENTE, HORÁRIOS ESTABELECIDOS PARA DESCANSO, REFEIÇÕES E REPOUSO NOTURNO, OBEDECER OS LIMITES DE VELOCIDADE, ETC..	PARTE CONTRATADA.	VERIFICAR SE O REGIMENTO INTERNO DA EMPRESA E AS NORMAS LEGAIS ESTÃO SENDO CUMPRIDOS. CONTRATANTE: PRORROGAÇÃO, POR IGUAL PERÍODO, DO PRAZO DE ENTREGA CONTRATULAMENTE ACORDADO.
CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR (EVENTOS IMPREVISÍVEIS DA NATUREZA, GREVES, INTERDIÇÃO DE ESTRADA)	CONTRATANTE: NÃO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO; DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS; CONTRATADO: PREJUÍZO FINANCEIRO;	ATENTAR-SE A FATOS DA NATUREZA, A EXEMPLO DE EVENTOS CLIMÁTICOS, PREVISÃO DO TEMPO, ETC.	PARTE CONTRATADA	EM CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, A PARTE CONTRATADA DEVE, EM ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PROMOVER A ENTREGA DA MERCADORIA EM UM PRAZO NUNCA SUPERIOR AO DOBRO DO PRAZO INICIALMENTE PREVISTO PARA A ENTREGA DO OBJETO.
FATO DO PRINCÍPE, FATO DA ADMINISTRAÇÃO	CONTRATANTE: REVISÃO CONTRATUAL CONTRATADO: ONEROSIDADE EXCESSIVA		PARTE CONTRATANTE E PARTE CONTRATADA	CONTRATANTE: PROMOVER A EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO, CASO HAJA O PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. CONTRATADO: SOLICITAR A REVISÃO CONTRATUAL, MEDIANTE A COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TANTO.

15.0 - DA ADJUDICAÇÃO

15.1. Por **(ITEM)**.

Caetés, 21 de outubro de 2024.

Giselda Correia Silva Martins
secretária Municipal de Educação
Portaria nº 004/2021-GP



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2024

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 028/2024 - PMC

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 016/2024 - PMC

PROCEDIMENTO AUXILIAR POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024 - PMC

O MUNICÍPIO DE CAETÉS, através da Prefeitura Municipal, estabelecida na Praça Rafael Brasil Pereira, s/n Caetés/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.131.720/0001-40, neste negócio jurídico, representado por seu atual Prefeito, o **XXX**, brasileiro, casado, portador da sua matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2024, publicado no XxXI de 2024, processo administrativo n.º 028/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n.º 008/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

A Administração não se obriga a solicitar os produtos registrados, somente fazendo-o conforme necessidades apresentadas.

1.0 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS consiste na aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do município de Caetés-PE.

2.0 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item do	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no	Modelo (se exigido no	Unidade	Quantidade		Valor Unit.	Prazo garantia ou validade



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

		edital)	edital)					
--	--	---------	---------	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como a esta Ata.

3.0 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3.0 - DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

3.4.2.2. Aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.3. Mantiverem sua proposta original.

3.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.6. O registro a que se refere o item **3.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **3.4.2.3** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 3.8, observando o item 3.8 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

3.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **3.4.2.2**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.0 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.0 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.8.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos deste item, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2. e no item 5.2.1, o órgão



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.0 – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes, quando for o caso.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante quando for o caso.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento quando for o caso.

6.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados quando for o caso.

7.0 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; Decreto Municipal nº008/2024 ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **4.1.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.5.1. Por razão de interesse público;

7.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023 e Decreto Municipal nº 008/2024.

8.0 – DA EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Os produtos deverão ser entregues CONFORME A NECESSIDADE, da Secretaria Municipal de Educação, no qual formulará os pedidos via e-mail (ou outros meios adequados e legais), devidamente assinado pelo setor responsável, tendo a Contratada o PRAZO DE ENTREGA de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação pelo responsável legal.

8.2. Local de entrega: Conforme item 10 do Termo de Referência – DA EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA – os itens contratados deverão ser entregues nas unidades escolares municipais. As informações referente ao horário de funcionamento, endereço e distância das respectivas instituições se encontram descritas no referido documento.

8.3. As despesas com Transporte, fretes, impostos, encargos sociais, trabalhistas ou previdenciário resultantes desta contratação correrão por conta do Contratado, sem nenhum ônus ou responsabilidade para o Município.

8.4. Os produtos entregues em desacordo com o exigido no Edital e Anexos do referido Processo, serão devolvidos a Contratada, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para efetuar a troca.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

8.5. Correrão por conta da Contratada todas as despesas inerentes ao disposto do subitem anterior.

9.0 - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Conforme Termo de Referência parte inseparável do Edital.

10.0 - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

10.1. Assinar a presente Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS, contados da respectiva convocação.

10.2. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função do fornecimento realizado, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante.

10.3. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

10.4. Manter, durante o prazo de validade e o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 016/2024**.

10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução desta Ata de Registro de Preços, na forma do que dispõe o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

10.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e comercial resultantes do fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços, na forma do que dispõe o art. 121 da Lei nº 14.133/21.

11.0 - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece a Lei Federal Nº 14.133/21, Decreto 11.642/2023, Decreto Municipal nº 008/2024.

11.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte.

- I. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.
- II. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

- III. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.0 - DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023 e Decreto Municipal nº 008/2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13.0 - DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1. A presente Ata de Registro de Preços regula-se pela Lei Federal n.º 14.133/21, e Decreto nº 11.462/2023 e alterações posteriores e Decreto Municipal nº 008/2024 e demais legislações pertinentes.

14.0 - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela Administração, aplicando-se as demais disposições constantes da Lei nº. 14.133/21 e demais diplomas legais pertinentes que fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de transcrições.

15.0 - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetés, Estado de Pernambuco, para dirimir as questões derivadas desta Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias, e igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, que deverá ser publicada



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

Imprensa Oficial, no prazo legal, para que surta seus efeitos, jurídicos obrigando-se por si e seus sucessores.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Prefeitura Municipal de Caetés
Palácio do Índio Caetés

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade		Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade		Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
X								



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

ANEXO III DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

A) DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

B) DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

C) DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021;

D) DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante;

E) DECLARA enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, respeitando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

F) DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas normas infralegais e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

G) DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;

H) DECLARA que a cooperativa cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. (se for o caso).

Caetés/PE, XX de XXXX de XXXX.

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ XXX



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

ANEXO IV

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 028/2024 - PMC

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 016/2024 – PMC

**PROCEDIMENTO AUXILIAR POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
003/2024 - PMC**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM
LADO O **MUNICÍPIO DE CAETÉS**, E
DO OUTRO A **EMPRESA**, COMO
MELHOR ABAIXO SE DECLARAM.

Pelo Presente instrumento público de CONTRATO, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAETÉS**, através da Prefeitura Municipal de Caetés/PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, estabelecida na Avenida Luiz Pereira Junior, nº 94 - Centro – Caetés-PE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.131.720/0001-40, neste negócio jurídico, representado por seu atual Prefeito, o **XXX**, brasileiro, casado, portador da sua matrícula funcional nº no uso das atribuições daqui por diante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº 028/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão na forma Eletrônica nº 016/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do município de Caetés-PE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	VI. Unit.	VI. Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato oriundo desta licitação terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura e ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATO (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é contratado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/09/2024.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X,XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Caetés para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme art. 123 da lei 14.133/2021.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, por igual período, conforme art. 123 da lei 14.133/2021.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.8.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.11.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.15. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - iv. **Multa:**
 1. Moratória de 0,25% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 1% dias;
 2. Moratória de 2,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 20 (vinte) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do contrato.
 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. Para fazer face às despesas oriundas desta contratação, serão utilizados recursos financeiros do FUNDEB e próprios do município, classificada nas seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento de 2024.

02 – PODER EXECUTIVO

19 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

10 – DEPARTAMENTO DO ENSINO

12.361.0037.1015.0000 – AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS
PARA A EDUCACAO BASICA

12.368.0037.2072.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO
AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

02 – PODER EXECUTIVO

19 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

10 – DEPARTAMENTO DO ENSINO

12.365.0039.1010.0000 - AQUISIÇÃO MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA
EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

02 – PODER EXECUTIVO

19 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

94 - FUNDO DE MANUT E DESENV EDUC BAS VAL PROF EDUCAÇÃO

12.361.0037.2083.0000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO
FUNDAMENTAL A CARGO DO FUNDEB 30%

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

02 – PODER EXECUTIVO

19 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

94 - FUNDO DE MANUT E DESENV EDUC BAS VAL PROF EDUCAÇÃO

12.365.0039.2079.0000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL 30%

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

13.2. As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133,



Prefeitura Municipal de Caetés

Palácio do Índio Caetés

de 2021 e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetés, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Caetés, de ... 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO